

**A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO
ENTRE 1920 E 1940:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI***

Júlia Elisabete Barden**

Darkei Francisco da Silva***

Lucildo Ahlert****

Fernanda Cristina Wiebusch*****

RESUMO: Este artigo tem como objetivo interpretar o processo de desenvolvimento do Vale do Taquari no período de 1920-1940. Este período apresentou acontecimentos importantes para a economia mundial, como a Grande Depressão de 29, que desequilibrou as economias de uma forma geral.

* Este artigo é oriundo do projeto de pesquisa "Períodos do desenvolvimento econômico na história social do Vale do Taquari", financiado pela UNIVATES e FAPERGS. Iniciada em março de 1998, a pesquisa tem como objetivo interpretar o processo de desenvolvimento na região do Vale do Taquari, integrada aos processos históricos da sociedade brasileira e da formação do RS. Desde então, foram produzidos três ensaios acadêmicos numa abordagem preliminar dos períodos de: 1500-1737, 1700-1822 e 1822-1930. O presente artigo se constitui no quarto ensaio e analisa o período de 1920-1940, o qual foi determinado em função dos acontecimentos mundiais (a Grande Depressão de 1929) não tendo um marco histórico regional.

** Mestre em Economia Rural. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES e UCS e Coordenadora do Projeto.

*** Especialista em Teoria Econômica. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES.

**** Mestre em Engenharia de Produção. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES.

***** Bolsista da FAPERGS. Estudante de Economia.

Para tanto, foi feito um comparativo entre os acontecimentos deste período entre a região e o Estado do Rio Grande do Sul. Este se realizou através de levantamentos bibliográficos sobre a história do RS, bem como da região. Foram utilizados, também, dados estatísticos que permitiram caracterizar a economia regional e apresentar sua participação em relação ao Estado. Ao final, constatou-se que a Depressão dos anos 30 não afetou diretamente a economia regional, devido a esta estar voltada para o mercado interno - brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Vale do Taquari - história econômica; desenvolvimento - Rio Grande do Sul; colonização; agricultura; indústria.

INTRODUÇÃO

O período entre 1920 e 1940 apresentou acontecimentos importantes para a economia mundial. A Grande Depressão de 29 desequilibrou as economias de uma forma em geral. Os acontecimentos marcaram o mundo, que delinearão transformações para a saída da crise.

O Brasil, bem como o Rio Grande do Sul, também vivenciaram estes acontecimentos, mas vale analisar como impactaram estes acontecimentos em regiões específicas, em especial no Vale do Taquari, devido aos diferentes estágios de desenvolvimento em que estes se encontravam.

A região do Vale do Taquari, no início do século XX, vivenciava seu período de desenvolvimento promovido pela política de povoamento do período anterior, através dos imigrantes europeus. Para melhor entender o período na região, faz-se necessário uma caracterização da economia gaúcha, uma retrospectiva anterior ao período de 1920, em especial das políticas da época e das principais atividades econômicas, para, posteriormente, compará-las com os acontecimentos do Vale do Taquari. Cabendo também para esta caracterização, a utilização de dados estatísticos referentes desde a população até a produção (agropecuária e industrial).

O entendimento da dinâmica da economia regional em relação à do Estado permite caracterizar o Vale do Taquari e, especialmente, interpretar seu processo de desenvolvimento na

época em estudo. Sendo assim, este artigo tem como objetivo interpretar o processo de desenvolvimento do Vale do Taquari no período de 1920-1940.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO RS ANTERIOR AO PERÍODO DE 1920

De acordo com Herrlein (2000), os primeiros interesses de povoamento no Estado gaúcho originaram-se a partir de 1737, almejados pela Metrópole com objetivos estratégicos militares. Primordialmente, a região sul do Estado recebeu os primeiros luso-brasileiros que efetivaram a formação de uma sociedade baseada na atividade pecuarista¹, que teve uma pequena inserção na economia através das charqueadas escravistas.

No Vale do Taquari, do início do Império até o final dos anos 1850, a região caracterizava-se por um povoamento significativo apenas na parte baixa² do rio Taquari, marcada pela presença de fazendas extrativas escravistas e de pequenas glebas de colonos de origem açoriana. A ocupação do Vale do Taquari foi iniciada na segunda metade do século XVIII, com a construção de um reduto fortificado no "Passo do Rio Tebiquary", o que resultou na fundação do povoado de São José de Taquari. Após, ocorreram doações de datas e concessões de sesmarias no Vale do Taquari.

No decorrer dos decênios, os donos das terras, para provar a existência do povoamento da sesmaria e não perder os direitos de propriedade, além de melhor administrá-las, dividiram-nas em

¹ Não havia interesse algum por parte da Metrópole em absorver excedentes econômicos produzidos por esta região, mas em assegurar a posse deste território, cabendo-lhes apenas garantir a sua subsistência. Outro fator importante a destacar é que a região originou-se com baixíssima densidade demográfica e o escravismo não desempenhou papel econômico essencial.

² A parte baixa era constituída pelo município de Taquari - conforme mapa em anexo.

fazendas. Assim, mesmo depois da Independência do Brasil, o sistema de produção era representado pela economia mercantil-escravista que se instalara no território do Brasil a partir da colonização portuguesa. A produção estava voltada principalmente para a extração de madeira-de-lei e da erva-mate, que era usada em Porto Alegre. Na atual área urbana do município de Lajeado, segundo Schierholt (1993), os irmãos José Inácio e João Teixeira, donos de sesmarias, estabeleceram nas duas primeiras décadas do século XIX diversas fazendas, em que trabalhavam mais de 300 escravos, numerosos peões e feitores, capitães-do-mato e administradores. Várias fazendas da região resultaram em empresas, sendo que muitas não lograram êxito comercial, transformando-se, posteriormente, em pequenas propriedades para serem vendidas aos imigrantes europeus.

No século XIX, a necessidade de ocupação do Estado sul-riograndense continuou determinando a imigração, sobretudo a européia com alemães e italianos. Tal condição preconizou o surgimento de um novo sistema econômico, baseado na pequena propriedade. Cabe ressaltar que o Estado gaúcho apresentou neste período dupla atividade fundiária. Uma atividade localizada no sul do Estado, concentrando nas grandes propriedades as atividades da pecuária-charqueadora e da pecuária extensiva, e a outra, localizada na parte norte do Estado, concentrando nas pequenas propriedades as atividades da agropecuária colonial, bem como as atividades de subsistência.

Assim, a partir de 1824, com a imigração alemã muda o panorama do desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na zona norte do Estado gaúcho. Atraídos pelas conquistas de novas terras, os germânicos e seus descendentes determinam a difusão das atividades agrícolas e da agropecuária. Conforme Roche (1969), a partir da vinda dos imigrantes, ocorreu a introdução de novos produtos essencialmente alemães, mantendo, no entanto, aqueles já cultivados anteriormente.

Conforme este autor, os produtos da agricultura alemã podem ser classificados em três grupos: produtos que se constituíram através de certa especialidade; produtos que representavam papel secundário e produtos que apresentavam caráter de subsistência. Os produtos nos quais a cultura germânica se especializou são representados pela cana-de-açúcar e o fumo. Como produtos secundários são considerados: o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, o painço, o arroz, a uva, o algodão, o amendoim, o linho, o rícino, a abóbora, o girassol, o tungue, o piretro e a laranja. E, finalmente, as culturas de subsistência adotadas pelos alemães compreendiam a batata-inglesa, o feijão-preto, o milho e a mandioca (Roche, 1969). Esta classificação não pode ser generalizada para todas as regiões, visto que as culturas relacionadas por Roche (1969) como de subsistência, no Vale do Taquari, foram as que geraram excedentes (Ahlert; Gedoz, 2001).

O novo sistema assim implantado, no entanto, chega ao Vale do Taquari somente a partir de 1850, quando se estabelece na região um expressivo setor de negócios imobiliários privados, mediante a transferência de terras dos antigos proprietários para empreendedores, que organizavam o loteamento e a venda das terras para os colonos, sob a supervisão dos governos provinciais.

Diferente do restante do Brasil, no Rio Grande do Sul os colonos eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os na terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. A partir de São Leopoldo, as colônias de imigrantes alemães espalharam-se, primeiro pelas áreas mais próximas, ao longo dos rios dos Sinos e Caí, atingindo posteriormente zonas mais distantes. Geralmente as colônias situavam-se à beira de rios, principalmente aquelas estabelecidas até o final do período imperial. Essa localização tinha grande importância estratégica, pois em uma época na qual os caminhos eram muito precários, sendo que as ferrovias foram implantadas somente em 1874, os rios serviam como "estrada fluvial" para todo o fluxo

comercial entre as colônias e Porto Alegre, como as compras de instrumentos e o escoamento da produção.

Foi sob a Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, que transcorreu a ocupação e o povoamento da maior parte do Vale do Taquari, através do processo de colonização com imigrantes europeus. Os negócios imobiliários de compra e venda de terras tornaram-se significativos a partir dessa década até o final do século XIX, com a atuação de negociantes empreendedores (colonizadores privados), cujas propriedades abrangiam territórios dos municípios atuais de Bom Retiro do Sul a Encantado, além de áreas adjacentes ao nordeste e norte deste último, chegando pelo menos até Guaporé. Um dos exemplos foi Antônio Fialho de Vargas, que adquiriu as fazendas dos Conventos e do Lajeado ou Carneiro, atual município de Lajeado, onde promoveu a colonização. Há diversas indicações de que a família dos Fialho de Vargas foi um dos maiores compradores de terras devolutas na região entre 1850 até pelo menos 1885. Para atrair colonos estrangeiros, firmava contratos provisórios na Alemanha, transformados, posteriormente, em contratos oficiais com a chegada dos imigrantes ao Brasil, nos quais garantia financiamentos, tanto na compra das terras, quanto na de sementes e na alimentação até a primeira colheita, além de conceder adiantamentos segundo o número de pessoas da família.

Assim, o estabelecimento de colonos como pequenos proprietários na região - primeiro, de alemães, ou filhos de colonos dessa origem desde 1853 e, depois, de italianos, no início dos anos 80 - veio a modificar profundamente seu panorama demográfico, determinando, com isso, a ocupação de sua parte norte, até então habitada por posseiros e índios. As propriedades coloniais na região dedicaram-se à produção de subsistência (lavoura e criação), mas desde cedo geraram excedentes, face à necessidade de pagar dívidas com a compra de terras.

Essa forma de colonização e de cultivo das terras, conforme Herrlein (2000), propiciou ao subsistema originado na parte norte do Estado um intenso processo de diferenciação das atividades

agrícolas, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais. Diferentemente, com a crise do setor pecuário-charqueador no final do Império, no qual era dominante como sistema, a parte sul do Estado acabou perdendo a dinâmica devido às condições impostas pelo fim do escravismo. Dessa maneira, a transição capitalista originou-se com o advento da Primeira República.

Na peculiar estrutura fundiária do Estado gaúcho, a grande propriedade não era agroexportadora e escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista... [Pensa-se que as] formas originárias de apropriação e uso da terra, [especialmente na parte norte do Estado], possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista não-periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculou-se a agroexportação para o mercado mundial (Herrlein Jr., 2000, p. 138-139).

Percebe-se que o surgimento desses dois subsistemas econômicos no Estado possibilitou à economia gaúcha uma condição única e exclusiva em relação às demais regiões no que tange ao surgimento das atividades pré-capitalistas. Entretanto, sabe-se que o subsistema econômico nascido na parte norte do Estado contribuiu significativamente às condições de desenvolvimento da economia no Rio Grande do Sul.

Assim, o estabelecimento de pequenas propriedades rurais gerou um desenvolvimento econômico diferenciado das demais regiões brasileiras, no final do século XIX, pelo fato de a agricultura ser o centro polarizador de toda a vida econômica. Em vista disso, o capitalismo, como sistema de produção, veio a emergir vinculado ao setor agrícola, surgindo, portanto, o sistema capitalista com a

agropecuária colonial antes do aparecimento do modo industrial de produção.

Considerando que muitos colonos que imigraram para a região eram artesãos e mestres em diversos ofícios na sua terra natal, estabeleceu-se uma capacidade de diversificação das atividades econômicas no local. Na busca da ampliação do mercado, desenvolveu-se o transporte fluvial, integrando o comércio do Vale do Taquari com a capital, abrindo perspectivas para o surgimento de novas companhias de navegação.

A progressiva abertura do mercado para o comércio dos excedentes fez as colônias prosperarem, possibilitando a diversificação de profissões como: ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria e sapateiros, enquanto que a legislação provincial, que estabelecia as condições para a criação e desenvolvimento dos centros urbanos, contribuiu para a formação de vilas e cidades, em torno das quais se desenvolvia uma vida política e administrativa.

Estabelecidas a atividade comercial entre Porto Alegre e a zona colonial e a diversificação de atividades, preparou-se o terreno para a formação e acumulação de capital comercial que foi investido na indústria.

Desta forma, um fato que não deve passar despercebido é a importância que o comércio teve no processo de transição capitalista³, sobretudo quanto ao surgimento das atividades industriais na parte norte do Rio Grande do Sul. São inúmeras as argumentações que tentam retratar como se determinou o início das atividades industriais na economia gaúcha. Diante disto, Pesavento apud Mertz retrata que...

³ De acordo com Fernandes apud Herrlein (2000), o processo de transição capitalista pode ser definido como o aprofundamento do capital sobre a produção, desde um controle a partir da esfera comercial até a introdução do trabalho assalariado e da produção capitalista.

[poderia o capital industrial ter-se formado através de cinco maneiras]. A primeira, a partir do capital comercial, onde a indústria já teria nascido pronta. Num segundo caso, a indústria teria surgido da evolução do artesanato para a empresa industrial, situação esta em que teria também ocorrido, paralelamente à atividade artesanal, o desenvolvimento de atividades comerciais, o que, de certa forma, teria proporcionado acumulação de capital capaz de ser aplicado na atividade produtiva, tornando-se, assim, responsável pela mudança qualitativa ocorrida. Uma terceira forma diferente da anterior, seria a de uma pequena manufatura que associada ao capital comercial viria a se expandir em termos de capital, força motriz, força de trabalho e linha de produção. A quarta forma pela qual se teria originado a indústria seria a partir da participação do capital bancário na formação de novas empresas industriais. Por último ter-se-ia o burguês imigrante, isto é, aquele que trouxe consigo, de sua terra de origem, capital e experiência profissional na gestão de alguma empresa (Mertz, 1991, p.427).

Embora a atividade artesanal, exercida em ampla escala nas comunidades surgidas a partir das colônias de imigrantes europeus e descendentes, não ter sido a principal responsável pela formação de indústrias (a promoção ocorreu em função do acúmulo do capital comercial), ela forneceu mão-de-obra especializada que favoreceu a sua formação. Essa realidade permitiu o surgimento de indústrias através de pequenos e médios estabelecimentos, que passaram a dispor do conjunto do mercado regional, reorganizando ramos manufatureiros preexistentes. Essas indústrias não enfrentavam problemas maiores com relação à matéria-prima, pois procuravam adaptar sua produção às condições do setor primário gaúcho, sendo seus problemas ligados à obtenção de capital e ao tamanho de seu mercado. Nesse contexto, subsistiram, com êxito, principalmente as indústrias de alimentos, bebidas, tecidos de lã e calçados.

Assim, o papel desempenhado pelo comércio na origem, que pela sua essência acumulou capital necessário para fazer frente aos investimentos, favoreceu a implantação da indústria e as atividades industriais. Dessa forma, a consolidação das relações capitalistas no Estado gaúcho, incluindo o capital bancário e o financeiro, pode ser

considerada predominante e resultante das participações dos imigrantes, sobretudo italianos e alemães (Mertz, 1991, p.430).

Após 1889, estabelecida a República e passados os anos de consolidação do regime, a produção mercantil local foi estimulada pelo estabelecimento e ampliação de estradas e, sobretudo, da navegação fluvial. As vilas e povoados formados na zona de colonização expandiram-se e novos núcleos urbanos se formaram, gerando a instituição de novos municípios. Nesse período, houve também o estabelecimento do artesanato comercial e o desenvolvimento da lavoura comercial que abastecia os mercados estadual e nacional, fatores que deram origem à acumulação de capital por comerciantes, que o aplicaram na formação de agroindústrias e manufaturas.

Com a existência de matéria-prima e mercado em termos locais e estaduais, entre 1900 e 1916, desenvolveram-se pequenas indústrias nos ramos de: azeite, alambiques, curtumes, cervejarias, destilarias, refrigerantes, refinaria de banha, serrarias, salsichas, sabão, arame, vassouras, moinhos, engenho de arroz, além de indústrias de queijo, salames, álcool, conservas, erva-mate, carpintarias, ferrarias, sapatarias e olarias (Ahlert; Gedoz, 2001).

Verificado como se processou a transição capitalista no Estado do Rio Grande do Sul, analisar-se-á, a partir de agora, como se comportou o setor agropecuário na economia gaúcha e regional no período de 1920 a 1940. É válido ressaltar que esta análise não incluirá a pecuária extensiva, pelo fato de a Região do Vale do Taquari não apresentar características que a identifique com esta atividade.

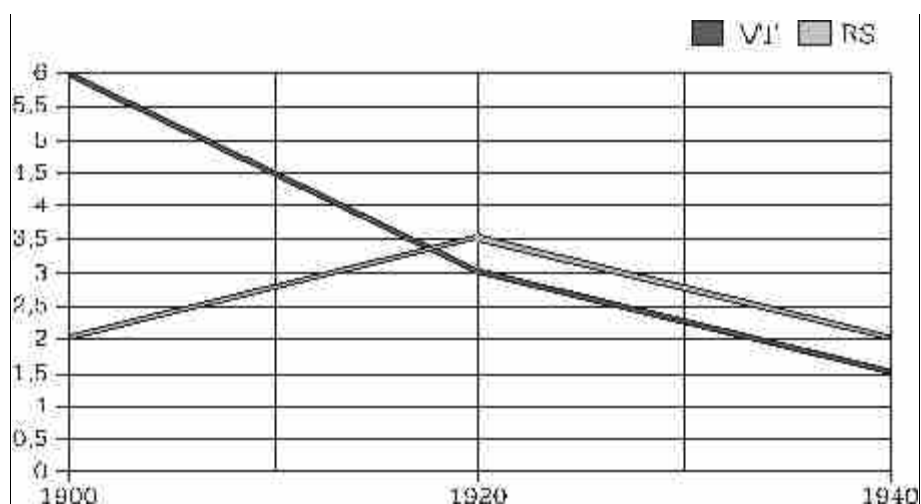
2 CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO E NA REGIÃO, NO PERÍODO DE 1920 A 1940

Com o declínio do ciclo de imigrações européias, principalmente na região do Vale do Taquari, no início do século XX, a taxa anual de crescimento da população declinou (GRÁFICO 1). No

entanto, ainda ocorria uma alta natalidade no minifúndio colonial, o que forçava a subdivisão das áreas, quando os filhos formavam uma nova família, uma vez que a oferta de terras na região já era escassa.

Segundo Roche (1969), a população da região do Taquari, essencialmente rural, tinha elevada densidade (33,5 pessoas/km²), a mesma que a das regiões do Rio dos Sinos e Caí, que possuía importantes centros urbanos, se sustentando com os recursos oriundos da agricultura.

GRÁFICO 1 - Taxas anuais de crescimento da população do vale do taquari e do estado do Rio Grande do Sul - 1900 a 1940



Fonte: IBGE (1890, 1900, 1920 e 1940) - Gráfico adaptado pelos Autores.

Enquanto o crescimento se desacelerava, no período da República Velha (1890 a 1930), a economia gaúcha teve um papel significativo no desempenho da economia nacional. Favorecida pelo ótimo desempenho econômico do setor agrícola, através de produtos como milho, feijão, arroz entre outros, a economia gaúcha conquistou a posição de maior Estado produtor de cereais do Brasil. É válido

ressaltar que a influência do setor pecuário também contribuiu para este processo de crescimento.

No entanto, o intenso uso do solo, sem métodos de conservação e através de sistemas inadequados de cultivo, provocava o seu esgotamento. Aliado a isso, a competitividade em condições pouco vantajosas dos produtos agrícolas gaúchos com os do centro do país acentuava a crise no minifúndio colonial, tanto no setor agrícola como no pecuário, obtendo-se, assim, uma baixa remuneração do trabalho.

Assim, a partir de meados da década de vinte, a economia gaúcha começa a apresentar um certo grau de estabilização, interrompendo a dinâmica de bons resultados, que se acumulara ao longo do período da República Velha (Torres, 1983). Com isso, o processo de êxodo rural se acelerou. Porém, o desenvolvimento industrial do Estado não permitia a absorção de toda a mão-de-obra que ingressava no mercado de trabalho sem ter especialização nenhuma.

Dessa forma, muitas famílias passaram a ser abrigadas em vilas marginais da periferia das cidades, onde sobreviveriam em um nível de subemprego. Outra parcela considerável passou a migrar para Santa Catarina e Paraná, onde havia disponibilidade de terras.

Essa migração resultou em taxas ainda menores de crescimento populacional no período de 1920 a 1940 (GRÁFICO 1 e Tabela 1).

TABELA 1 - População total e taxa de crescimento anual do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul - 1920 e 1940

Local	População total		Taxa de crescimento anual em %
	1920	1940	
Vale do Taquari	111.104	146.781	1,4
Estado do RS	2.182.713	3.320.689	2,1

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos Autores.

Como resultado das taxas de crescimento da população anteriores à década de 20, principalmente no Vale do Taquari, a População em Idade Ativa (PIA) apresentava uma oferta superior à taxa de crescimento da população no mesmo período (Tabela 2). Esta realidade exigia novas formas de ocupação para este contingente adicional.

TABELA 2 - População em idade ativa e taxa de crescimento anual no Vale do Taquari e no Rio Grande do Sul em 1920 e 1940

Local	População total		Taxa de crescimento anual em %
	1920	1940	
Vale do Taquari	58.297	80.518	1,6
Estado do RS	1.228.527	1.897.073	2,2

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Nas regiões de colonização alemã e italiana, a exemplo do Vale do Taquari, onde predominavam as unidades artesanais de produção, como as múltiplas e pequenas cervejarias, cantinas de fabricação de vinho e fabriquetas de banha, farinha e curtumes, eram gerados novos "empregos". Tais unidades operavam com o trabalho manual dos membros da família, auxiliados por vizinhos, às vezes classificados como "empregados".

Assim, é possível delinear o tipo específico de indústria que caracterizaria o Rio Grande do Sul no período em análise: a do beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária colonial ou da pecuária tradicional. Esta característica se acentua na região do Vale do Taquari (Tabela 3), em que predominaram as chamadas "indústrias naturais", ou seja, aquelas que utilizavam matéria-prima local, vivendo em situação que se completava com o setor agrário.

TABELA 3 - Número de pessoas ocupadas por setor e taxa de crescimento anual no Vale do Taquari e no Rio Grande do Sul em 1920 e 1940*

Setor	População total				Taxa de crescimento anual em %	
	Vale do Taquari		Estado do RS		Vale do Taquari	Estado do RS
	1920	1940	1920	1940		
Primário	24.201	47.189	413.600	756.392	3,4	3,1
Secundário	1.836	2.848	84.712	114.129	2,2	1,5
Terciário	85.067	45.572	1.684.402	1.249.820	-3,1	-1,5

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos Autores.

Observação: Primário - Agricultura, pecuária, silvicultura, e indústria extrativa

Secundário - Indústria de transformação

Terciário - Comércio de mercadorias, comércio de imóveis (valores mobiliários, créditos, seguros e capitalização), transportes e comunicação, administração pública (justiça e ensino público), defesa nacional, segurança pública, profissionais liberais (ensino particular, culto e administração privada), serviços e atividades sociais e atividades domésticas e escolares.

Nota (*): Pessoas com 10 anos ou mais

Dessa forma, as ditas "indústrias naturais" se apresentavam como um reforço ao padrão de desenvolvimento agropecuário local, contribuindo para solidificar a posição do Estado do Rio Grande do Sul como "celeiro do país". As indústrias da carne, do vinho, da banha, da cerveja, do couro, dos sabões, sabonetes e velas, da farinha, do fumo e têxtil foram as que predominaram ao longo de todo o período da República Velha. A existência de tais empresas criava um mercado regional para absorção dos produtos agropecuários (Pesavento, 1992, p. 49-50).

Com suas "indústrias naturais", o Rio Grande do Sul manteve no período pós-30 a sua posição de "celeiro do país", mas com a conotação de não ser apenas exportador de gêneros alimentícios para o mercado interno brasileiro, mas também de produtos já beneficiados de origem agropecuária.

Conforme Torres (1983), em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), a economia gaúcha no início dos anos vinte destacava-se através dos seus principais produtos: milho, arroz, feijão, mandioca, trigo, batata-inglesa, uva, fumo e cebola. Entretanto, dezenove anos mais tarde, a ordem dos produtos em termos de grandeza do VBP não apenas se alterou como também alguns produtos sofreram reduções, como é o caso do milho, feijão e a mandioca⁴.

[As] alterações na ordem de importância dos diferentes cultivos, assim como as substituições de atividades nelas refletidas, ao contrário do que talvez se pudesse imaginar, não foram acompanhadas por variações significativas no comportamento global da lavoura, ressalvada a produção física que declinou sensivelmente e [as reduções verificadas na área cultivada e no VBP] (Torres, 1983, p.70).

⁴ No período de 1920, o grau de importância, no que tange à grandeza do VBP, era assim compreendido: milho 46,60%; arroz 11,00%; feijão 7,20%; mandioca 6,50%; trigo 6,10%; batata-inglesa 3,60%; uva 3,20%; fumo 1,40% e cebola 0,70%. Em 1939 esta condição se altera: o milho permanece como sendo o principal produto em termos de VBP, entretanto, sofre uma redução e diminui para 23,60%; o arroz permanece em segundo, mas, diferente do milho, apresenta uma elevação, conquistando um índice de 18,70%; o fumo também apresenta uma elevação e pula para 8,60%; a batata-inglesa cresce basicamente o dobro, apresentando um índice de 6,70%; o feijão apresenta uma redução de 6,50%; a uva apresenta um crescimento de quase cem por cento, 6,30%; o trigo apresenta uma pequena elevação, ficando em torno de 6,26%; a mandioca sofre uma redução de 5,90%, e finalmente, a cebola, mesmo apresentando um crescimento fantástico de 342,86%, permanece ocupando a última colocação no que tange ao VBP, com um índice de 3,10% (Torres, 1983).

TABELA 4 - Evolução do volume físico, área cultivada e VBP dos principais produtos da lavoura gaúcha no período de 1920 a 1930.

Produtos	Evolução percentual no período de 1920 a 1930		
	Volume Físico (%)	Área Cultivada (%)	Valor Bruto da Produção (%)
Arroz	147,03	124,03	72,57
Milho	-43,49	-16,65	-48,41
Trigo	33,96	32,98	2,08
Mandioca	43,12	-5,81	-8,22
Fumo	104,32	89,63	502,74
Uva	71,27	99,31	97,38
Feijão	-9,44	6,10	-8,30
Batata-inglesa	70,30	29,14	86,77
Cebola	70,37	86,15	313,37

Fonte: Torres, 1983 - Tabela adaptada pelos Autores.

De acordo com a TABELA 4, o milho apresentou as piores taxas de evolução sendo acompanhado pela mandioca e o feijão. Os produtos que mais cresceram foram o fumo, a cebola, a uva, a batata-inglesa e o arroz produto que apresentou a maior taxa de evolução no volume físico e na área cultivada neste período⁵.

Cabe salientar que mesmo o fato de os produtos citados acima terem apresentado resultados significativos de produtividade física, área cultivada e VBP, tal condição não foi suficiente para neutralizar a tendência recessiva da lavoura no Estado gaúcho, que sofreu, a partir da década de 20, com o fim da conjuntura favorável do mercado e com o esgotamento das terras disponíveis para a agricultura.

Com relação à lavoura colonial no Vale do Taquari, a mesma também sofreu modificações na sua realidade de produção. Enquanto se intensificavam a produção leiteira e a conseqüente produção do queijo, substituindo em parte a manteiga, a produção da mandioca

⁵ A atividade orizícola no Rio Grande do Sul promoveu o desenvolvimento da primeira grande lavoura capitalista no Estado gaúcho.

e da batata-inglesa; a cultura predominante, o milho, experimentava um declínio na produção, assim como também o trigo e o feijão. As culturas do fumo e do arroz, que apresentaram um incremento produtivo no período no Estado, na região não tiveram a mesma expressão (TABELA 5).

TABELA 5 - Produção e taxa de crescimento anual das principais culturas e atividades pecuárias no Vale do Taquari e no Rio Grande do Sul em 1920 e 1940.

Setor	Produção				Taxa de crescimento anual em %	
	Vale do Taquari		Estado do RS		VT	RS
	1920	1940	1920	1940		
Milho	139.183,7	100.137,0	1.148.634,1	950.128,0	-1,6	-0,9
Trigo	5.054,6	3.306,0	83.748,0	75.874,0	-2,1	-0,5
Feijão	9.227,5	8.171,0	121.114,0	116.583,0	-0,6	-0,2
Arroz	1.721,8	2.199,0	112.727,4	293.518,0	1,2	4,9
Fumo	477,9	505,0	14.480,6	25715,0	0,3	2,9
Batata-inglesa	1.980,1	4.171,0	62.706,8	101.840,0	3,8	2,5
Mandioca	30.740,4	119.744,0	402.837,2	1.057.692,0	7,0	4,9
Farinha de mandioca	1.970,0	451,0	91.110,0	26.545,0	-7,1	-6,0
Leite	891.083,0	20.825.600,0	36.738.293,0	273.306.900,0	17,1	10,6
Queijo	61.468,0	204.245,0	1.138.512,0	2.141.602,0	6,2	3,2
Nata	3.011,0	3.078,0	52.085,0	43.163,0	0,1	-0,9
Manteiga	190.405,0	111.151,0	1.485.138,0	924.117,0	-2,7	-2,3
Suínos	424.766,0	336.591,0	3.005.040,0	3.168.860,0	-1,2	0,3
Bovinos	103.623,0	83.522,0	8.058.337,0	7.460.705,0	-1,1	-0,4
Aves	795.518,0	607.356,0	8.369.825,0	7.439.339,0	-1,3	-0,6

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Em termos de pecuária, o Vale do Taquari começou a ser um dos principais fornecedores de leite do Estado.

Segundo Roche (1969), a região apresentava anualmente a mais alta percentagem da superfície cultivada no Rio Grande do Sul, sendo inclusive 2,7 vezes superior à região do Caí-Rio dos Sinos.

Ainda, segundo o mesmo autor, a região representava 8,5% da produção total do Estado e tinha um crescimento de 13% no volume e 9,2% no valor da sua produção. Embora a produção de banha (ouro branco) tenha sido um dos produtos principais, que, inclusive, fez surgir o toponímeo Ouro Branco, a característica principal da região se referia à variedade de produtos, que favoreceu o equilíbrio da economia agrícola.

Outro episódio importante que deve ser caracterizado é o fato das exportações não terem sofrido qualquer tipo de restrição em consequência da estagnação econômica do Estado gaúcho neste período⁶.

[...] a evolução do valor das exportações foi francamente positiva no período [1920 a 1939], evoluindo à taxa geométrica de 6,5% ao ano, atestando que as perdas havidas no comércio exterior propriamente dito foram perfeitamente compensadas pelas vendas nos grandes centros consumidores nacionais, [sendo que a participação das exportações realizada para o mercado interno em 1920 foi de 58,40% das exportações totais e em 1939 este percentual saltou para cerca de 69%]... as performances dos 10 produtos mais importantes na pauta de exportações, [mostra] que para todos eles, as taxas de crescimento sejam as referentes às variações nas quantidades, sejam às no valor, cresceram significativamente (Torres, 1983, p.74).

Os produtos como arroz, batata-inglesa, feijão e fumo em folha contribuíram significativamente às exportações estaduais⁷ e

⁶ Para uma análise mais detalhada ver Torres, 1983, p. 99-108.

⁷ A produção física do arroz teve um crescimento de 147,03% no período entre 1920 a 1939. Quando se verifica o índice para o volume exportado, este crescimento atinge 500,00%. Verificando os índices de crescimento entre volume físico e exportações para a batata-inglesa, percebe-se uma diferença ainda maior, o volume físico neste período apresentou uma taxa de crescimento de 70,30%, enquanto que a taxa referente às exportações sofre uma variação de 550,00%. O fumo neste período apresentou uma taxa de crescimento de seu volume físico na ordem de 104,32%, enquanto que as exportações tiveram um crescimento

acabaram apresentando um crescimento médio de 400% no período entre 1920 a 1939.

Diante disto, o autor faz uma análise e ressalta que a demanda externa permaneceu dinâmica neste período para os produtos da lavoura e que através desta condição pressionou a oferta e, por esta apresentar limitações, ocorreu uma elevação dos respectivos preços destes produtos.

Para se compreender por que a economia gaúcha perdeu sua dinamicidade quando alguns produtos pertencentes à lavoura no que tange ao volume físico e mesmo em termos de volumes exportados mantiveram-se num processo de crescimento ao longo deste período, deve-se buscar elementos que possam explicar esta situação.

Para Torres (1983), tal condição hipoteticamente poderia ser explicada pela interposição exercida por parte do comerciante entre o produtor colonato e a demanda final. Para ele, esta intermediação comercial era praticada sob a forma monopólica e oligopsônica. Tal situação favorecia o comerciante no aspecto de acumulação do capital, devido aos baixos preços pagos aos produtos do colonato e numa outra instância, aos elevados preços cobrados pelos produtos fornecidos pelo comerciante, como: sal, açúcar, fósforo, café entre outros.

Ao mesmo tempo em que o autor considera a hipótese de que as variações nos preços relativos poderiam ser a causa de uma tendência regressiva da oferta destes produtos, ele já a refuta e mantém sua posição argumentando:

[...] se a intermediação comercial [era] capaz de explicar o isolamento da produção colonial dos estímulos do mercado, ela nada nos diz nem sobre os fatores que por um período sustentaram a oferta de produtos agrícolas, nem sobre aqueles

superior, atingindo um índice de 214,00%. O que se torna mais surpreendente é o fato de o feijão apresentar uma taxa de evolução neste período no que tange ao volume físico na ordem de - 9,44% e uma taxa de variação nas exportações de 336,00% (Torres, 1983, p.75)

que, mais tarde, estão na raiz do declínio desta última... se o capital comercial tem poderes para se assegurar por longo [período] uma renda de origem monopsônica, se é capaz, portanto de separar a produção do consumo, [seria necessário] reconhecer que a [produção não depende do consumo], e que a reprodução da lavoura colonial não [seria] assegurada no mercado (Torres, 1983, p. 81).

Diante disto, o autor qualifica esta retração elucidando que a sua causa está associada ao aspecto da limitação das fronteiras agrícolas e ao primitivismo tecnológico da lavoura colonial no Estado gaúcho. A condição de oferta ilimitada de terras foi facilmente absorvida pela má configuração da utilização agrícola. Sistemas rudimentares de utilização do solo possibilitaram ao longo do tempo a perda de produtividade e a necessidade de se buscar novas áreas para o cultivo destes produtos.

[...] a segunda geração das colônias, as do reverso do Planalto, compensou as perdas originadas no envelhecimento da primeira zona colonial, a Depressão Central. Posteriormente, mas já com intervalo de tempo menor, foi a vez de Santa Rosa, Três Passos e as colônias do Alto Uruguai virem a compensar as perdas de Ijuí, Cruz Alta e Erechim. Com o início da incorporação do Alto Uruguai, começam a esgotar-se as áreas em disponibilidade à ocupação pioneira, e o início da regressão colonial torna-se inevitável. O período que está se analisando é efetivamente este, o momento em que a diminuição no ritmo de incorporação de áreas novas passa a impedir a compensação, com ganhos, das perdas havidas nas antigas áreas. Daí a estagnação e, em vários casos, a regressão dos níveis de produção de todas as culturas realizadas sob condições coloniais típicas (Torres, 1983, p.83).

Além dessas questões, a taxa elevada de crescimento da população rural ocorrida nas décadas anteriores, com a constituição de novas famílias pelo casamento, fazia surgir a necessidade da instalação de novos estabelecimentos agrícolas, que, com a limitação da fronteira agrícola, forçava a divisão dos estabelecimentos existentes, o que pode ser observado na TABELA 6.

TABELA 6 - Área dos estabelecimentos e número de estabelecimentos do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul em 1920 e 1940 e taxa de crescimento anual

Setor	Total existente				Taxa de crescimento anual em %	
	Vale do Taquari		Estado do RS		VT	RS
	1920	1940	1920	1940		
Área dos estab. (ha)	328.769	349.975	18.578.923	20.441.815	0,3	0,5
Nº de estabelecimentos	11.069	15.578	124.990	230.722	1,7	3,1
Área média dos estabelecimentos	29,70	22,46	148,64	88,60	-1,4	-2,6

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Em sendo as propriedades no Vale do Taquari de tamanho relativamente mais reduzido do que a média do Estado, esta multiplicação de estabelecimentos foi menor na região, o que forçou a migração de famílias para outras regiões do Estado e mesmo para outras federações, principalmente para o Oeste catarinense.

É válido ressaltar que diante de toda esta condição adversa que passou a lavoura gaúcha apenas o arroz demonstrou uma dinâmica diferente das demais culturas e mereceu a condição da primeira lavoura gaúcha a se adequar aos moldes da reprodução capitalista agrícola. Beneficiado pelo Governo Federal da época através da determinação de altas taxas tarifárias de importação do produto, os produtores nacionais sentiram-se estimulados a produzir o cereal. As produções centraram-se nas grandes propriedades acima de 100 ha sendo, geralmente, na sua essência arrendadas.

A necessidade de a propriedade especializar-se no cultivo do cereal determinou um avançado sistema de produção que condicionava a utilização de adubos industriais, implementos agrícolas e um complexo sistema de irrigação, contribuindo para o aumento da renda agrícola no Estado (Torres, 1983).

No entanto, no Vale do Taquari, cuja economia dependia basicamente da produção de matéria-prima agrícola na pequena propriedade, observa-se que a resposta à introdução da tecnologia é diferente da realidade geral do Rio Grande do Sul. Enquanto nos latifúndios do Estado é introduzida a mecanização agrícola, intensificando o uso de tratores com os respectivos implementos, no Vale do Taquari, os implementos (arados) são de tração animal, com redução do uso de tratores (TABELA 7).

TABELA 7 - Número de arados, tratores e taxa de crescimento anual no Vale do Taquari e no Rio Grande do Sul em 1920 e 1940

Setor	Mecanização agrícola				Taxa de crescimento anual em %	
	Vale do Taquari		Estado do RS		Vale do Taquari	Estado do RS
	1920	1940	1920	1940		
Arados	5.532	17.132	73.403	222.657	5,8	5,7
Tratores	88	27	817	1.104	-5,7	1,5

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Como conseqüência de um processo de introdução de tecnologia, a década de 20 assistiu à concentração empresarial no Rio Grande do Sul. No período de recessão que se seguiu, fecharam-se as pequenas indústrias absorvidas pelas de maior porte. Paralelamente a este processo, as indústrias que subsistiram aplicaram em modernização, através da intensificação do uso de tecnologia, os lucros obtidos no período de guerra. Por outro lado, acirrou-se a competição entre as empresas, na disputa pelo mercado nacional e regional. Neste momento é que ficou evidente a capacidade de concorrência da economia paulista.

Como o setor industrial do Rio Grande do Sul continuou a produzir os seus tradicionais artigos, fruto da transformação de gêneros agropecuários, começou a perder em termos de participação

no contexto nacional com o desenvolvimento das indústrias metalúrgicas, em função da 2ª Guerra Mundial (TABELA 8).

TABELA 8 - Proporção da produção industrial por Estado - 1907, 1920 e 1938

Estado	Produção industrial (em % do valor do produto)		
	1907	1920	1938
Rio de Janeiro	33,10	20,80	14,20
São Paulo	16,50	31,50	43,20
Rio Grande do Sul	14,90	11,00	10,70
Minas Gerais	4,80	5,50	11,30
Demais Estados	30,70	31,20	20,60
Brasil	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesavento, 1992.

Nesse contexto, solidifica-se a hegemonia da indústria paulista e o crescimento da indústria mineira.

Assim, pode ser considerado que o processo de desenvolvimento industrial no Estado tenha ocorrido em duas etapas. A primeira, na década após a instalação da República, propiciada pelo crédito bancário, "consistiu num verdadeiro surto industrial no Rio Grande do Sul, centralizado na produção de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados" (Pesavento, p. 75-76).

O segundo surto ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, com o bloqueio do comércio internacional, que eliminou a concorrência dos manufaturados estrangeiros. Essa nova realidade econômica permitiu a implantação de novas fábricas, principalmente as ligadas à matéria-prima agropastoril local, já que a matéria-prima importada apresentava dificuldades de ser obtida. Setorialmente, a indústria apresentou uma grande diversificação neste período, mas geograficamente mostrou-se concentrada em: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias e Vale dos Sinos. No entanto, com limitações de novas terras agricultáveis e a perda de produtividade das lavouras tradicionais, ocorreu um ponto de inflexão da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul no período entre 1920 a 1940.

3 INDÚSTRIAS DO VALE DO TAQUARI

Dentre as indústrias naturais existentes no Vale do Taquari, destacam-se as seguintes: da banha, do fumo, da cerveja, da farinha (trigo e mandioca) e do leite, principalmente.

3.1 Indústria da banha

A produção da banha, ou o chamado "ouro branco", desenvolveu-se no último terço do século XIX nas colônias situadas a oeste do estado do RS, conforme Roche (1969). O produto tinha uma relação direta com outras duas atividades: o cultivo do milho e a criação de suínos.

O milho, considerado uma cultura de subsistência, até 1950, no RS, era o primeiro produto quanto à área cultivada e o segundo quanto ao volume da produção e ao valor (Roche, 1969). Segundo o autor, o seu diferencial está nas suas utilidades:

- alimento para os animais: como forragem verde para alimentar o gado; no lugar da aveia para alimentar os cavalos e, sobretudo, na criação de suínos;

- alimento para o homem: verde ou em farinha;

- diversos: a parte lenhosa - que resta depois da debulha da espiga - serve para fazer fogo; as folhas secas, as mais finas, em redor da espiga, servem para a confecção de colchões e de cigarros à moda gaúcha; as folhas e os caules são enterrados para proteger o solo contra a erosão.

Conforme Roche (1969, p. 257), os colonos alemães se referiam ao produto da seguinte forma: "Se há milho, nós e nosso gado estamos salvos". O autor ainda argumenta sobre a importância do produto: "Assegura a satisfação das necessidades domésticas e é a principal fonte de renda nas colônias, embora só excepcionalmente", e "o milho, muitas vezes, foi apresentado como a monocultura do colono alemão".

A cultura do milho era tipicamente da colonização alemã. No Vale do Taquari, a cultura se apresentou de forma significativa. No período em análise, sendo que a sua participação da produção total no Estado era de 12% e 10% em 1920 e 1940 respectivamente, com

destaque para o município de Lajeado em 1920. No entanto, apesar do aumento do número de estabelecimentos que faziam o cultivo de milho, e sua produção, em 1940, baixou mais significativamente na região do que Estado. Aproximadamente 95% dos estabelecimentos da região cultivavam o produto, o que comprova a importância atribuída ao mesmo, percentual superior à média do Estado.

TABELA 9 - Quantidade produzida de milho no Vale do Taquari, percentual produzido em relação ao RS, percentual de estabelecimentos que cultivam e a produtividade em 1920 e 1940.

Municípios	Quantidade (ton)		% produzida em relação ao RS		Nº de estabelecimentos que cultivavam		% de estabelecimentos que cultivavam	
	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Arroio do Meio	-	15.111	-	1,59	-	2.230	-	98,84
Encantado	36.027,10	32.653	3,14	3,44	2.407	2.713	92,05	99,78
Estrela	33.983,70	20.617	2,96	2,17	2.613	3.632	93,25	96,39
Lajeado	50.461,20	25.269	4,39	2,66	4.293	4.816	95,06	97,92
Taquari	18.711,70	6.487	1,63	0,68	1.109	1.891	97,62	98,64
Vale do Taquari	139.183,70	100.137	12,12	10,54	10.422	15.282	94,15	98,10
Estado	1.148.634,10	950.128	100	100,00	103.537	209.328	82,84	90,73

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Para 1940, constata-se que a produção diminuiu na região, passando para 100.137 ton, sendo que a participação no montante do Estado diminuiu em 2,00% em relação ao período anterior. Mas percebe-se, também, que houve um aumento, tanto no Vale do Taquari como no Estado, em relação aos estabelecimentos que cultivavam, sendo o aumento do RS superior ao da região. Conforme Roche (1969), a importância relativa do milho diminuiu a partir de 1940 em função da guerra e do melhoramento das vias de comunicação. Acrescenta ainda que a produção passou dos antigos colonos teuto-brasileiros para o planalto setentrional (onde se localizavam seus descendentes) e também para as regiões de colonos italianos.

Em relação à produção de suínos, percebe-se, na tabela abaixo, que seguiu a mesma tendência verificada na produção de milho, ou seja, uma redução de 1920 para 1940. Em 1920, a região detinha 14,14% da produção do Estado e, em 1940, passou para 10,62%; o percentual de estabelecimentos manteve-se no período, e a quantidade média de suínos por estabelecimento diminuiu de um período para o outro, mas a produtividade da região continuou superior em relação à do Estado.

TABELA 10 - Produção de suínos no Vale do Taquari, percentual produzido em relação ao RS, percentual de estabelecimentos que produzem e quantidade média de suínos por estabelecimento em 1920 e 1940.

Municípios	Quantidade (un)		% produzida em relação ao RS		% de estabelecimentos que produzem		Quantidade média de suínos/estab.	
	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Arroio do Meio		50.511		1,59		96,76		23,14
Encantado	92.145	78.898	3,07	2,48	94,99	100,00	37,10	29,02
Estrela	131.376	97.192	4,37	3,07	97,43	100,00	48,12	25,79
Lajeado	145.708	80.133	4,85	2,53	95,33	93,57	33,85	17,41
Taquari	55.537	29.857	1,85	0,94	98,59	87,27	49,59	17,85
Vale do Taquari	424.766	336.591	14,14	10,62	96,12	95,94	39,93	22,52
Estado	3.005.040	3.168.860	100,00	100,00	85,78	82,58	28,03	16,63

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Outro fator importante foi a rigorosa seleção dos animais, que permitia fabricar uma banha de qualidade superior, a qual era vendida para todo o país.

O surgimento da indústria da banha dá-se em função da agregação de valor, pois, segundo Roche (1969, p.257), "o milho transformado em gordura rendia três vezes mais que o milho vendido em grãos [...]".

Conforme Pesavento (1983), das 10 maiores empresas de banha do Estado em 1937, três estavam localizadas no Vale do

Taquari, uma em Encantado e duas em Estrela, e juntas empregavam 153 operários.

TABELA 11 - Maiores empresas produtoras de banha no Estado em 1937

Município	Nº de fábricas			Capital médio (em mil-réis)	Nº de operários	Valor da produção (%)
	Refinaria de banha	Frigorífico	Produtos suínos			
Alfredo Chaves			2	3.700:000\$000	141	20,03
Caí		1		1.500:000\$000	200	20,27
Encantado	1			2.000:000\$000	42	3,56
Estrela	2			2.900:000\$000	111	18,51
Ijuí		1		1.200:000\$000	58	8,76
Montenegro			3	4.595:000\$000	164	20,09
Santo Ângelo	1	1		1.500:000\$000	213	8,78
Vale do Taquari	3			1.633:333\$000	153	22,07
Estado	4	3	5	1.449:583\$000	929	100,00

Fonte: Pesavento (1983) - Tabela adaptada pelos autores.

3.2 Indústria do fumo

O fumo foi uma das principais culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande do Sul, conforme Pesavento (1983), ou ainda, conforme classifica Roche (1969), uma das culturas denominadas de cunho industrial.

Ambos os autores, especialmente Roche (1969), destacam que o fumo foi uma das mais importantes contribuições das colônias alemãs à economia do RS. Segundo este, as colônias alemãs participavam com 82% da produção, enquanto as italianas apenas com 0,4%. A produção estava assim distribuída entre os 10 principais municípios produtores: 8 são de origem alemã (5 dos quais nas velhas colônias e 3 nas novas) e 2 de origem mista.

Pesavento (1983) salienta que a produção ocorria no interior da pequena propriedade com o uso da força-de-trabalho familiar e

que esta foi uma forma particular assumida para a reprodução do capital no RS, pois há a subsunção formal do processo de trabalho do pequeno proprietário rural de origem imigrante ao capital. A autora afirma, ainda, que esta cultura registrou uma inovação: o emprego do adubo, o qual foi facilitado pela utilização do estrume e, segundo Roche (1969), o fumo permitiu uma rotação racional de culturas. Além desta característica, o autor acrescenta como aspecto favorável à economia rural e, talvez como principal aspecto, o fato do produto ser "compensador", ou seja, seu preço era, em média, de cinco a sete vezes maior que o dos outros produtos⁸.

Em relação à produção, a cultura expandiu-se ao longo dos anos nos Vale do Taquari e Caí, centralizando-se na Colônia de Santa Cruz do Sul (Pesavento, 1983). Conforme tabela abaixo, o Vale do Taquari, em 1920, produzia 3,30% da produção total do RS, sendo que havia na região 604 estabelecimentos que cultivavam o produto, estes representavam 5,46% do total dos estabelecimentos do Estado.

⁸ A utilização de técnicas na plantação, adubação, aperfeiçoamento das instalações fazia com que houvesse uma dependência, ou seja, se o fumo de qualidade encontrava garantia de mercado e preço, as empresas monopolizavam a compra de matéria-prima e a venda de insumos. Fica evidente as relações de dominação e subordinação entre o capital e os pequenos produtores gaúchos (Pesavento, 1983).

TABELA 12 - Quantidade produzida de fumo no Vale do Taquari, percentual produzido em relação ao RS, percentual de estabelecimentos que cultivavam e a produtividade em 1920 e 1940

Municípios	Quantidade (ton)		% produzida em relação ao RS		Nº de estabelecimentos que cultivavam		% de estabelecimentos que cultivavam
	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920
Arroio do Meio		382		1,48		786	
Encantado	0,30	11	0,00	0,04	2	203	0,08
Estrela	85,3	95	0,59	0,37	247	126	8,82
Lajeado	386,70	3	2,67	0,01	338	74	7,48
Taquari	5,60	14	0,04	0,05	17	37	1,50
Vale do Taquari	477,90	505	3,30	1,93	604	1.226	5,46
Estado	14.480,6	25.715	100,00	100,00	12.998	36.542	10,40

Fonte: IBGE (1920) e IBGE (1940) - Tabela adaptada pelos autores.

* Estes valores correspondem à soma da produção de fumo em folha e em corda.

Conforme Pesavento (1983), a área cultivada no RS manteve-se, no período, em aproximadamente 300 hectares. Nas décadas de 20 e 30 já se encontrava delimitada a região fumicultora por excelência - Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires e Lajeado. A autora destaca um aspecto importante nestas regiões, a lavoura de fumo dividiu espaço com a lavoura de subsistência. Apesar da importância econômica da lavoura de fumo e da política da British Tobacco⁹, o colono não abandonou a policultura de subsistência.

⁹ Entenda-se como política da empresa a garantia de compra e preço aparentemente "compensador" para o produtor. Contudo, Pesavento salienta que a colocação do produto não deve ser confundida com a idéia de "bom preço", pois os lucros ficavam retidos tanto pelos comerciantes como pelos beneficiadores. A British American Tobacco foi a empresa mais importante do setor de beneficiamento de fumo que se fez presente no Brasil. Instalou-se no país em 1914, com a aquisição da fábrica de cigarros Souza Cruz (Rio de Janeiro). Assumiu o controle acionário e aumentou o capital. A partir daí, expandiu-se, chegando em 1916 com várias filiais (São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Curitiba) (Pesavento, 1983).

Pequenas fábricas de charuto se instalaram desde 1932 em São Leopoldo, conforme Roche (1969). O produto manteve uma posição estável na economia gaúcha, e a maioria das pequenas empresas manufactureiras se localizavam nas zonas de imigração alemã (Pesavento, 1983).

No Vale do Taquari, para 1937, tem-se a presença de 4 fábricas e/ou oficinas de cigarrilhas do total de 76 existentes no Estado. Destas, 2 localizavam-se no município de Lajeado. Enquanto o capital médio das empresas do Estado era de 108.154,16\$, na região era apenas de 3.250,00\$ (3,00%), o que demonstra que estas eram empresas de pequeno porte. A autora destaca que em geral as empresas do RS eram de pequeno porte, podendo-se considerar que havia apenas 3 grandes empresas no Estado neste período.

TABELA 13 - Estatística industrial do Rio Grande do Sul para produção de fumo - 1937

Município	N° de fábricas e oficinas*	Capital médio (contos de réis)	N° de operários	Valor da produção (%)
Arroio do Meio	1	6:000\$	-	0,03
Estrela	1	4:500\$	9	0,02
Lajeado	2	2:500\$	-	0,03
Vale do Taquari	4	3.250\$	9	0,08
Estado	76	108.154,16\$	1.177	100,00

Fonte: Pesavento (1983) - Tabela adaptada pelos autores.

Nota (*): Espécie - Fábrica de Cigarrilhas

Outro destaque ocorreu em relação à geração de empregos, apenas operários estavam empregados neste setor em 1937. Esta era uma característica importante também em relação ao restante do Estado. Por haver um grande número de pequenas empresas de baixo capital, havia uma baixa tecnologia empregada e também um reduzido número de operários empregados (Pesavento, 1983). Acrescenta, ainda, que entre as empresas que não registravam seus funcionários, predominava o trabalho familiar, ou seja, eram caracterizadas como oficinas artesanais.

3.3 Indústria da cerveja

A indústria da cerveja surge no RS através dos imigrantes alemães, tendo como objetivo atender o consumo da própria comunidade. Inicialmente houve uma disseminação das unidades de produção artesanais, devido ao alto custo do produto importado e das dificuldades de transporte. As grandes cervejarias tinham uma ligação direta com o capital comercial, devido à necessidade de importação de tecnologias da Alemanha (Pesavento, 1983).

O principal insumo, a cevada, era cultivado especialmente nas regiões teuto-brasileiras do Estado: São Leopoldo, Vale do Taquari e no Planalto. Roche (1969) complementa, ainda, que este era um produto agrícola secundário e bem sucedido, devido à sua utilização nas cervejarias, mas ressalta que a produção era sempre em pequenas quantidades quando comparada com o milho, aproximadamente 150 vezes menor. Segundo Pesavento (1983), a lavoura não era especializada e as sementes eram fornecidas pelo governo.

A autora salienta que o consumo da cerveja foi incrementado no país no final do século XIX, em decorrência da política econômica-financeira, que tornou mais cara a importação e das medidas protecionistas, elevação dos impostos sobre os artigos importados. Estas medidas afetaram diretamente a importação do vinho português, favorecendo o consumo da cerveja.

A proteção do Estado ao setor foi uma das características ao longo do tempo. Além das medidas protecionistas, houve concessão de crédito para o surgimento das pequenas empresas, fato insuficiente para mantê-las no mercado, pois muitas foram incorporadas pelas maiores, com o passar do tempo, em especial do centro do país. Segundo Pesavento (1983), em 1924, as três grandes cervejarias do RS (Bopp & Irmãos, Bernardo Sassen & filho e H. Ritter) uniram-se e criaram a Cervejaria Continental, refletindo, assim, a concentração do mercado, em detrimento dos pequenos estabelecimentos.

Conforme Pesavento (1983, p.139)

As cervejarias, notadamente as da capital do Estado, recolhiam o excedente populacional egresso da pequena propriedade rural como força de trabalho nas indústrias. As sucessivas divisões do minifúndio (entre os familiares), o esgotamento do solo, exploração com precária tecnologia, e atuação monopólica/monopsônica do comerciante sobre o agricultor, entre outros, foram fatores que influenciaram nesse processo.

A tabela abaixo apresenta um comparativo entre a indústria da cerveja do Vale do Taquari em relação à do RS para o ano de 1937. Os dados revelam que as empresas do Vale do Taquari apresentavam uma característica comum à grande maioria, ou seja, eram de pequeno porte, operavam em pequenas manufaturas ou até artesanais e empregavam reduzido número de operários. A região detinha apenas 4,31% do total do valor de produção do Estado.

TABELA 14 - Comparativo da indústria da cerveja do Vale do Taquari em relação ao RS - 1937

Município	Nº de fábricas			Capital médio (contos de réis)	Nº de operários	Valor da produção (%)
	Cervejarias	de Cervejas	Cerveja e Refrigerantes *			
Arroio do Meio	4		1	37:500\$	7	0,25
Encantado			1	32:000\$	4	0,15
Estrela			10	42:800\$	19	2,87
Lajeado		8	3	10:495\$	1	0,25
Taquari	1		3	29:000\$	9	0,79
Vale do Taquari	5	8	18	151:795\$	40	4,31
Estado	48	42	33		800	100,00

Fonte: Pesavento (1983) - Tabela adaptada pelos autores.

Conforme Pesaventos (1983), do total de 125 empresas da indústria da cerveja, apenas três operavam com capital igual ou superior a mil contos de réis, ou seja, possuíam características de unidade fabril.

Pesavento (1983) resume da seguinte forma a indústria da cerveja: constituiu-se a partir da demanda regional, utilizando

matéria-prima produzida na própria área colonial imigrante, mas dependendo de insumos importados do exterior. Para a sua constituição inicial, evidenciou-se a importância de uma acumulação comercial presente na constituição de empresa e/ou na sua expansão e transição da unidade artesanal para unidade manufatureira.

3.4 Indústria da farinha de mandioca

Inicialmente, os precursores da atividade agrícola que se preocuparam com o cultivo da mandioca foram os índios, pois esta atividade exercia grande influência na alimentação nativa. Com a chegada dos alemães, tal cultura começou a ser difundida e fazer parte da subsistência teuto-brasileira, pois apresentava facilidade para sua produção¹⁰. Mais tarde com o beneficiamento do produto, passou-se a extrair a farinha de mandioca, sendo um importante suplemento alimentar que acompanhava a carne ou legumes nas alimentações. Outro aspecto importante que não se pode deixar passar despercebido é que a farinha de mandioca teve grande contribuição comercial na vida econômica do Estado gaúcho.

A partir de 1842 os alemães encontraram mercado [significativo] para a farinha de mandioca. A fabricação dessa farinha constitui uma das atividades artesanais que asseguraram um suplemento de recursos à população das colônias, além disto, a mandioca fornecia a matéria-prima de uma indústria de transformação cada

¹⁰ Conforme Roche (1969, p. 262), o cultivo do produto temia apenas temperaturas inferiores a 16° C. Caso o plantio necessite de solos sílico-argilosos, permeáveis e soltos, contenta-se com solos pobres sem a exigência de adubos. Planta-se de setembro a novembro; colhe-se de abril a setembro. Dez mil pés por hectare rendem de 10 a 15 toneladas de tubérculos. O valor da produção por hectares é de três a seis vezes o preço do custo da cultura, que requer um amanho e duas ou três cavas. Uma tonelada de mandioca dá 300 Kg de farinha (80% da fina, que, em termos de preço de 1948, valia de 600 a 800 réis e 20% da grossa, que valia 200 réis); sendo o custo da moagem só de 50 réis por quilo, a mandioca oferece uma remuneração interessante para o colono.

vez mais complexa, cujos principais produtos são a tapioca, a fécula; o amido; o álcool e acetona (Roche, 1969, p. 262).

Conforme a Tabela abaixo, é possível verificar que, no biênio 1858-1859, o estado do Rio Grande do Sul exportou para as demais regiões brasileiras cerca de 4.196 toneladas de farinha de mandioca. Trinta e três anos mais tarde, o Estado gaúcho já exportava 33.940 toneladas, ou seja, 708,87% a mais do que no biênio 1858-59. No ano de 1913, o volume exportado foi de 34.929 toneladas, ou seja, apenas 2,91% do que vinte e um anos atrás. Finalmente, em 1920, o volume exportado foi de 14,52% a mais do que em 1913, ou seja, 40.000 toneladas.

TABELA 15 - Quantidade de farinha de mandioca exportada no período de 1858-1920

Período	Quantidades de farinha de mandioca exportada (ton)
1858-1859	4.196
1892	33.940
1913	34.929
1920	40000

Fonte: Tabela adaptada pelos autores.

De acordo com a importância do produto para o crescimento da atividade agrícola no Estado gaúcho, faz-se necessário entender como se desenvolveu a cultura do trigo na região do Vale do Taquari e qual foi sua contribuição em nível estadual.

Conforme a TABELA 16, a quantidade total produzida pelos municípios que integram a região do Vale Taquari para o ano de 1920 foi de 30.740,40 ton, representando 7,63% da produção total do Estado. O município que apresentou a produção mais elevada neste período foi Taquari, com 27.233,20 ton, representando 6,76% da produção do Estado e 88,59% da produção regional. O município de Taquari apresentou também o maior percentual de estabelecimentos que cultivavam o produto, cerca de $\frac{1}{4}$.

TABELA 16 - Quantidade produzida de mandioca no Vale do Taquari e Estado, percentual produzido em relação ao RS, número total de estabelecimentos, estabelecimentos que cultivam o produto e percentual dos estabelecimentos que cultivam em relação ao número total de estabelecimentos para 1920

Municípios	Quantidade mandioca (ton)	Percentual de mandioca/RS	Número total de estab.	Estabelecimentos cultivavam mandioca	% estab. cult./total estabelecimentos
Encantado	377,20	0,09	2.615	37	1,41
Estrela	1.110,80	0,28	2802	104	3,71
Lajeado	2.019,20	0,50	4.516	09	0,20
Taquari	27.233,20	6,76	1.136	281	24,74
Vale do Taquari	30.740,40	7,63	11.069	431	3,89
Estado	402.837,20	100,00	124.990	7.949	6,36

Fonte: IBGE (1920) - Tabela adaptada apelos autores.

Quanto à análise da TABELA 17, verifica-se que, no ano de 1940, a região do Vale do Taquari teve uma produção de 119.744 ton, representando 11,32% da produção do Estado gaúcho. O crescimento verificado para o ano de 1940 atingiu o índice de 289,53% em relação ao ano de 1920. O município que possuiu a maior produção da região do Vale do Taquari foi Estrela, o qual apresentou uma produção de 49.223 ton. Diferentemente de 1920, Taquari apresentou uma redução de quase 40,00% no que tange a quantidade produzida. Entretanto, o número de estabelecimentos que aderiram à produção da mandioca em nível regional aumentou, de 24,74% em 1920 para 76,47% em 1940. Este resultado possibilitou à região do Vale do Taquari ultrapassar o próprio índice verificado para o estado, 42,44% que também cresceu significativamente.

TABELA 17 - Quantidade de mandioca produzida no Vale Taquari e estado, percentual produzido em relação ao RS, número total de estabelecimentos, estabelecimentos que cultivam o produto e percentual dos estabelecimentos que cultivam em relação ao número total de estabelecimentos para 1940.

Municípios	Quantidade mandioca (ton)	Percentual de mandioca/RS	Número total de estab.	Estabelecimentos cultivavam mandioca	% estab. cult./total estabelecimentos
Arroio do Meio	11.009	1,04	2.256	1.747	77,44
Encantado	1.744	0,16	2.719	478	17,58
Estrela	49.223	4,65	3.768	3.171	84,16
Lajeado	41.056	3,88	4.918	2.867	58,3
Taquari	16.712	1,58	1.917	1.466	76,47
Vale do Taquari	119.744	11,32	15.578	9.729	62,45
Estado	1.057.692	100	230.722	97.929	42,44

Fonte: IBGE (1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Diante disso, é suscetível afirmar que houve uma dispersão da produção para os mais diversos municípios e, diferentemente de alguns produtos, não houve a concentração da produção, como é o caso do fumo. É evidente ressaltar que as duas culturas possuem diferenças discrepantes quanto à exigência da qualidade do solo e às técnicas para o plantio, contudo, não se pode deixar de referenciar tal fato.

TABELA 18 - Quantidade produzida de farinha de mandioca no Vale do Taquari e Estado, percentual produzido em relação ao RS, número total de estabelecimentos, estabelecimentos que cultivam o produto e percentual dos estabelecimentos que cultivam em relação ao número total de estabelecimentos para 1920

Municípios	Quant. far. Mandioca (ton)	% de far. de mandioca/RS	Número total de estab.	Estab. cultivavam farinha de mand.	% estab. cult./total estabelecimentos
Encantado	2,10	0,00	2.615	5	0,19
Estrela	1.658,10	1,82	2.802	159	5,67
Lajeado	309,80	0,34	4.516	57	1,26
Taquari	0,00	0,00	1.136	-	0,00
Vale do Taquari	1.970,00	2,16	11.069	221	2,00
Estado	91.110,02	100,00	124.990	7.949	6,36

Fonte: IBGE (1920) - Tabela adaptada pelos autores.

Quanto à farinha de mandioca, percebe-se que houve outra dinâmica se comparada com a produção do tubérculo. Analisando a Tabela 18, verifica-se que a produção da região do Vale do Taquari para o ano de 1920 foi de 1.920 ton, representando apenas 2,16% da produção total do Estado. O município que apresentou a maior produção foi Estrela, com 1.658,10 ton, representando 1,82% da produção estadual e 84,17% da produção regional. Percebe-se neste momento que Taquari possuía a maior produção de mandioca, entretanto, não apresentava nenhuma produção de farinha, enquanto que Estrela era o município que detinha a maior produção. É verossímil afirmar que Taquari canalizava parte de sua produção de mandioca ao município de Estrela e outros da região para ser transformada em farinha¹¹.

¹¹ A produção de mandioca verificada para o município de Taquari em 1920 era de 27.233,20 toneladas, enquanto que o município de Estrela detinha uma produção de 1.110,80 toneladas. Para os dados registrados da farinha de mandioca, neste mesmo período, inexistia produção para o município de Taquari, enquanto o município de Estrela detém uma produção de 1.658,10 toneladas. Nota-se que

Quando analisados os estabelecimentos que cultivavam o produto, verifica-se que no município de Estrela aproximadamente 6,00% dos estabelecimentos processam farinha de mandioca. Este índice supera o da região que foi de 2,00% e fica próximo ao índice encontrado para o Estado gaúcho, que foi de 6,36%.

TABELA 19 - Quantidade produzida de farinha de mandioca no Vale do Taquari e Estado, percentual produzido em relação ao RS, número total de estabelecimentos, estabelecimentos que cultivam o produto e percentual dos estabelecimentos que cultivam em relação ao número total de estabelecimentos para 1940

Municípios	Quant. far. mandioca (ton)	% de far. de mandioca/RS	Número total de estab.	Estab. cultivavam farinha de mandioca	% estab. cult./total estabelecimentos
Arroio do meio	1	0,00	2.256	72	3,19
Encantado	2	0,01	2.719	4	0,15
Estrela	165	0,62	3.768	12	0,32
Lajeado	69	0,26	4.918	122	2,48
Taquari	274	1,03	1.917	31	1,62
Vale do taquari	511	1,93	15.578	241	1,55
Estado	26.545	100,00	230.722	4.071	1,76

Fonte: IBGE (1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Os dados da TABELA 19 representam uma dinâmica diferente daquela registrada para o ano de 1920 no que tange ao processamento da farinha de mandioca. Curiosamente, a região apresentou uma redução quanto à quantidade produzida, chegando a uma inflexão de -74,06%. Com uma produção de apenas 511 ton, a região do Vale Taquari no ano de 1940 representou apenas 1,93% da produção

a produção para o município de Estrela é deficitária, não satisfazendo a condição de produzir no mesmo período 1.658,10 toneladas. Tudo indica crer que o município importava mandioca de outras cidades vizinhas para processar e transformar em farinha.

estadual. O município que atingiu a maior produção foi Taquari, alcançando uma produção de 274 ton. Esta produção representou apenas 1,73% da estadual e 53,62% da produção regional.

O município de Estrela apresentou uma redução significativa para o período analisado, sofrendo um declínio de mais de 90,00% em relação ao período anterior. É válido ressaltar que tanto a região como o Estado perderam dinamicidade quanto ao processamento do produto. Talvez esta perda possa ser explicada pelo fato de a região de o próprio Estado diversificarem outros cultivos, concentrando esforços em outras atividades agrícolas.

3.5 Indústria da farinha de trigo

A farinha de trigo exerceu um papel fundamental na alimentação das famílias que viviam no estado do Rio Grande do Sul. Além de sua importância alimentar, a produção de farinha de trigo contribuiu significativamente para a redução de divisas gastas com as importações desse produto, uma vez que o Brasil era dependente do mercado externo, sobretudo do argentino e do americano. Diferentemente da farinha de mandioca, a farinha de trigo foi destinada substancialmente para o mercado interno, local, estadual e nacional¹².

Segundo Pesavento (1983), a fabricação da farinha no Estado gaúcho assumiu uma conotação especial: por alguns momentos era classificada como produto agrícola, e, por outros, era classificada como produto da agroindústria. O fato de haver um beneficiamento simples gerava uma certa relutância em classificá-la como indústria, visto que este conceito está associado a certo desenvolvimento tecnológico na unidade de produção.

No século XVIII, assim como ocorreu com o cultivo da mandioca, os açorianos foram os primeiros precursores na produção de trigo no estado do Rio Grande do Sul. Além da motivação básica de casais portugueses povoarem a região das missões, estes também estavam destinados a promover o abastecimento das tropas do Reino Imperial sediada no território gaúcho (Pesavento, 1983).

¹² Conforme Pesavento (1983, p. 157), a farinha de mandioca desde o Império até o início do século XIX foi um produto que teve participação efetiva na pauta das exportações brasileiras.

A partir de 1824, a imigração alemã não investiu em melhores resultados ao cultivo do trigo. Preocupou-se mais com a cultura da mandioca, pois esta não necessitava de maiores habilidades técnicas em seu manejo, além de ser facilmente adaptável a terrenos com baixa produtividade. O plantio do trigo não teve êxito, visto que o plantio da mandioca contribuiu significativamente no que tange à subsistência das famílias e mais tarde possibilitou ganho através da exportação da farinha de mandioca para outros mercados, interno e externo.

Na verdade, a retração do cultivo do trigo estava relacionada à falta de habilidade técnica e à descapitalização que as pequenas propriedades rurais enfrentavam naquele período.

Diante disto, o trigo que teve grande contribuição na pauta de exportação gaúcha no fim do século XVIII e início do século XIX perdera importância, transformando-se num dos principais gêneros importados pelo Rio Grande do Sul, embora não deixasse de ser cultivado, nas áreas da antiga zona de colonização açoriana, como nas novas áreas de colonização alemã e italiana.

Quando Getúlio Vargas assumiu o comando do governo estadual em 1928, houve uma grande campanha de incentivo à produção do trigo. Esta política visava a diminuir a dependência brasileira de importação do produto e confirmar a hipótese de o Rio Grande do Sul tornar-se o celeiro de trigo do Brasil, possibilitando a ampliação da pauta das exportações gaúchas.

De acordo com o Censo (1920), o estado do Rio Grande do Sul naquele período fora o maior produtor nacional de trigo, e, conforme a safra de 1928/29, os municípios que possuíram maior produção foram: Erechim, Passo Fundo, Vacaria e Guaporé.

Para estimular a produção, o governo tomou inúmeras medidas, as principais destacam-se: a) controle sobre os preços, tabelando o preço do trigo tipo exportação e comprando os excedentes produzidos; b) criação da Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira no município de Bagé, para melhorar a produtividade das lavouras; e c) contratação de agrônomos nacionais e estrangeiros para o estudo da lavoura tritícola (Pesavento, 1983).

Não obstante, apesar dos vários esforços do governo estadual em tentar aumentar a expansão da produção do trigo, isto não se confirmou, e a produção também acabou diminuindo. Porém, mesmo apresentando índices decrescentes de produção, o estado do Rio Grande

do Sul continuava sendo o maior produtor de trigo do país. Diante disto, analisar-se-á qual foi a contribuição da região do Vale do Taquari quanto ao ciclo do cultivo do trigo no Estado gaúcho.

Analisando a TABELA 20, percebe-se que a produção total de trigo para o estado do Rio Grande do Sul no ano de 1920 foi de 83.748 ton. Com uma produção total de 5.054,60 ton, a região do Vale do Taquari contribuiu naquele ano com 6,04% da produção total do Estado.

O percentual dos estabelecimentos que cultivavam o produto na região do Vale do Taquari foi de 39,50%. Este percentual garantiu um resultado maior daquele verificado para o Estado gaúcho, 39,08%. É válido ressaltar que a média regional tinha significativa contribuição do índice apresentado pelo município de Encantado, 74,07%.

TABELA 20 - Quantidade de trigo produzida no Vale do Taquari, percentual produzido em relação ao RS, percentual de estabelecimentos que cultivam e a produtividade em 1920 e 1940.

Municípios	1920			
	Quantidade	% produzida	Nº de	% de estabelecimentos
	(ton)	em relação	estabelecimentos	que cultivavam
		ao RS	que cultivavam	
Encantado	2.548,40	3,04	1.937	74,07
Estrela	945,20	1,13	760	27,12
Lajeado	1.138,00	1,36	1.375	30,45
Taquari	422,60	0,5	300	26,41
Vale Taquari	5.054,60	6,04	4.372	39,50
Estado	83.748,00	100,00	48.849	39,08
Municípios	1940			
	Quantidade	% produzida	Estabelecimentos	% de estabelecimentos
	(ton)	em relação	que cultivavam	que cultivavam
		ao RS		
Arroio do Meio	367,00	0,48	800	35,46
Encantado	1.848,00	2,43	2.565	94,33
Estrela	374,00	0,49	798	21,18
Lajeado	716,00	0,94	1.285	26,13
Taquari	1,00	-	09	0,47
Vale do Taquari	3.306,00	4,35	5.457	35,03
Estado	75.874,00	100,00	88.480	38,34

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Para o ano de 1940, tanto o Estado como a região do Vale do Taquari sofreram reduções na quantidade produzida. Com uma produção de 75.874 ton, o Estado gaúcho teve uma redução na quantidade produzida de aproximadamente 10%, se comparada com o ano de 1920, enquanto que a região do Vale do Taquari sofreu um decréscimo de quase 35%, apresentando uma produção de 3.306 ton.

Diferentemente, os percentuais de estabelecimentos que cultivavam o produto mantiveram-se estabilizados, tanto em nível estadual como regional. Um fato curioso a ser ressaltado corresponde ao volume produzido na região. Enquanto que em alguns municípios aumentou ainda mais o cultivo do trigo nos estabelecimentos, como é o caso de Encantando, 94,33%, a produção total teve uma redução de 27,48%. Talvez este fato se explique pela perda da produtividade do solo e a falta de técnicas mais sofisticadas que o cultivo do trigo exigia.

Contudo, a produção de farinha de trigo na região do Vale do Taquari não acompanhou a tendência verificada em algumas partes do Estado, principalmente naquelas onde a imigração italiana foi predominante. Com uma produção apenas para a subsistência, as propriedades localizadas no Vale do Taquari não garantiram à indústria da farinha de trigo uma dinâmica parecida ou superior daquela verificada às indústrias da mandioca, cerveja, refrigerante e finalmente à banha.

Conforme TABELA 20, no ano de 1937, a região do Vale do Taquari detinha apenas um moinho de trigo e um moinho de cereais, que lhe garantiam um VBP de 155:450\$, correspondendo a 0,16% do VBP do Estado gaúcho. Esta participação era demasiadamente pequena se comparada aos índices apresentados por Porto Alegre, com 80,77%; Passo Fundo, com 5,19%, e José Bonifácio, com 6,40%.

TABELA 21 - Estatística industrial do Rio Grande do Sul para a produção de farinha de trigo e de mandioca - 1937

Município	N° de fábricas e oficinas*	Capital	Número de operários	Força motriz (HP)	VBP	Valor da produção (%)
Estrela	01	120:000\$	02	40	147:250\$	0,15
Lajeado	01	10:000\$	-	05	8:200\$	0,01
Vale do Taquari	02				155:450\$	0,16
Estado					96.828:369\$	100,00

Fonte: Pesavento (1983) - Tabela adaptada pelos autores.

Nota(*): moinho de cereais

3.6 Indústria do leite

A produção de leite no Vale do Taquari, que iniciou com a própria colonização européia, diferenciando o sistema de produção da pecuária extensiva que predominava na região sul do Estado, experimentou um incremento relativamente significativo no período de 1920 a 1940. Com um incremento médio anual de 17%, o crescimento superou as taxas médias do Estado, fazendo nascer a bacia leiteira atualmente considerada como a principal do Estado.

Junto com o incremento da produção intensifica-se a instalação de laticínios que adquirem o leite in natura dos produtores, dedicando-se à produção de queijos, que se intensificou também nesse período, ou na própria extração da nata, que parte era comercializada e outra transformada em manteiga.

Segundo Lang (1999), a partir de 1930, surgiu uma nova atividade econômica na região do Vale do Taquari: o transporte de leite. Até então, o leite não era comercializado in natura, sendo submetido, na casa do agricultor, a um processo de extração da nata que, na maioria das vezes, era transformada em manteiga. Ambas as formas, manteiga ou a própria nata, eram comercializadas nas casas comerciais da época, conhecidas mais especificamente como Vendas.

Inicialmente o transporte era feito em duas etapas: a coleta e o transporte até os laticínios.

A coleta era feita através de eqüinos, sendo as latas de leite amarradas à sela dos animais. Esta forma permitia a todos os produtores comercializarem o seu produto, mesmo em condições adversas de acesso à propriedade.

O transporte até os laticínios era feito por carroças puxadas por bois ou cavalos, sendo que as latas coletadas eram reunidas em um ponto comum para serem acondicionadas nas carroças.

Posteriormente, com o aumento da produção e a melhoria das estradas, surgiram os chamados carroceiros. Estes iniciavam a sua jornada de manhã cedo, percorrendo todas as trajetórias da localidade para recolher o produto, acondicionado em latas, de cada propriedade.

Em termos de produção de leite no Vale do Taquari, em 1920 se destacavam os municípios de Encantado e Taquari (Tabela 21). No entanto, no período em análise, os municípios de Estrela e Lajeado que teve o desmembramento de Arroio do Meio apresentaram uma expansão significativamente maior, passando a representar os municípios de maior expressão na produção de leite na região. Nesse particular, o município de Taquari foi menos expressivo, tanto no crescimento da produção quanto no percentual de estabelecimentos que se dedicavam à pecuária leiteira.

TABELA 22 - Crescimento da produção de leite no Vale do Taquari, no Estado e percentual de estabelecimentos que se dedicavam à produção- 1920 a 1940

Municípios	Quantidade (l)			% de estabelecimentos produtores	
	1920	1940	Crescimento anual em %	1920	1940
Arroio do Meio	0	3.321.500	-	0,0	79,8
Encantado	316.169	3.698.900	13,1	29,4	89,4
Estrela	134.076	7.147.300	22,0	64,7	91,0
Lajeado	163.768	5.859.100	19,6	23,8	83,0
Taquari	227.070	798.800	6,5	9,6	28,3
Vale do Taquari	891.083	20.825.600	17,1	34,0	78,9
Estado	36.738.293	273.306.900	10,6	16,6	61,6

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores.

Cabe ser salientado que o município de Estrela, que, em 1920, apresentava o maior índice de estabelecimentos dedicados à pecuária leiteira, além de ampliá-lo, teve o maior índice de crescimento na produção no período, o que pressupõe uma elevação significativa da produtividade por estabelecimento. Já o município de Encantado, que era o principal expoente leiteiro no Vale do Taquari, expandiu a sua produção com base na ampliação do número de propriedades dedicadas à produção.

Analisando a Tabela 22, percebe-se que o município de Encantado é o maior expoente na produção de queijo, o que, aliás, é uma característica da etnia italiana predominante neste município, que utiliza este produto de forma intensiva no consumo próprio. Isto talvez explique a razão do aumento no número de propriedades com produção de leite sem aumento significativo na produtividade por estabelecimento.

TABELA 23 - Crescimento da produção de queijo, nata e manteiga no Vale do Taquari e no Estado - 1920 a 1940

Municípios	Queijo			Nata/Creme			Manteiga		
	1920	1940	Cresc. anual %	1920	1940	Cresc. anual %	1920	1940	Cresc. anual %
Arroio do Meio	-	28.150	-	-	-	-	-	20.731	-
Encantado	36.845	124.466	6,3	0	-	-	1.675	22.008	13,7
Estrela	2.100	20.184	12,0	2.042	3.078	2,1	126.010	24.243	-7,9
Lajeado	22.163	31.445	1,8	937	-	-	39.200	43.390	0,5
Taquari	360	-	-	32	-	-	23.500	779	-15,7
Vale do Taquari	61.468	204.245	6,2	3.011	3.078	0,1	190.405	111.151	-2,7
Estado	1.138.512	2.141.602	3,2	520.850	43.163	-11,7	1.485.138	924.117	-2,3

Fonte: IBGE (1920 e 1940) - Tabela adaptada pelos autores

Por outro lado, o município de Estrela, que era o maior expoente na produção de nata e manteiga na região, experimentou uma redução significativa na produção deste produto, no decorrer do período,

diferentemente dos demais municípios, com exceção de Taquari. Esta situação permite concluir que o surgimento da nova atividade econômica, representada pela coleta do leite, citada por Lang (1999), aconteceu, principalmente, neste município, sendo o leite transformado em queijo uma nova modalidade de produção desenvolvida pelas indústrias de laticínios.

Assim, em 1940, a produção de manteiga na região era liderada por Lajeado, tendo Estrela como segundo expoente. Paralelamente, merece destaque o crescimento expressivo da produção no município de Encantado, que se torna o terceiro pólo de produção no Vale do Taquari.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo retrata as principais mudanças econômicas que ocorreram no Estado e no Vale do Taquari no período em que, em nível mundial, ocorreu a grande Depressão dos anos 30. Como a economia regional estava voltada para o mercado interno - brasileiro, a mesma não foi afetada diretamente.

Nesse período, favorecida pelo desempenho econômico do setor agrícola e pelo bloqueio do comércio internacional, que eliminou a concorrência dos manufaturados estrangeiros, a economia gaúcha conquistou a posição de maior Estado produtor de cereais do Brasil, tendo, por consequência, um papel significativo no desempenho da economia nacional. Nesse período, também, ocorre o processo de industrialização no Rio Grande do Sul, centralizado na produção de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados.

Limitado pela perda de produtividade das lavouras tradicionais, o Estado do Rio Grande do Sul, que continuou a produzir os seus tradicionais artigos da indústria "natural", mostrou uma estagnação no seu desenvolvimento no período entre 1920 a 1940 e começou a perder em termos de participação no contexto nacional com o desenvolvimento das indústrias metalúrgicas, durante a 2ª Guerra Mundial. Nesse contexto, solidifica-se a hegemonia da indústria paulista e o crescimento da indústria mineira.

No Vale do Taquari, também ocorrem mudanças no período.

A cultura do milho, uma das principais culturas, perdeu no final do período a sua importância relativa na região, deslocando-se para o planalto setentrional e também para as regiões de colonos italianos. Sendo o milho a matéria-prima principal da suinocultura, essa mudança acaba definindo a mesma tendência para essa indústria.

Por outro lado, no período em análise, sedimenta-se na região a indústria leiteira, com a introdução de pequenas indústrias de laticínios, principalmente no município de Estrela, que mudam a característica produtiva, substituindo a produção de manteiga pela produção de queijo. O período caracteriza-se por um incremento significativo tanto na produtividade como na quantidade de propriedades envolvidas com a produção de leite;

Na agricultura, verifica-se o incremento das culturas da mandioca, batata-inglesa. O milho e o feijão, culturas de importância na região, apresentam uma relativa redução no final do período em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei. Povoamento e Desenvolvimento na Região do Vale do Taquari, RS - 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n.1, p. 49-91, 2001.

HERRLEIN JR., Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional?** 2000. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LANG, Guido. **Reminiscências da Memória Colonial: Teutônia**. Novo Hamburgo: Papuesta, 1999.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.12, n.2, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocel, 1985.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 1 e v. 2.

TORRES, Carlos Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3, 1983.

ABSTRACT: This article has as objective to interpret the development process of the Taquari Valley during the period of 1920-1940. This period presented important events for the world economy as the Great Depression in the year 29, that broke the stability of the economies in a general way. Therefore, a comparative study was made of the events of this period in the region and the state of Rio Grande do Sul. This was accomplished through bibliographical data about the history of RS, as well as of the region. There were also used, statistical data that allowed to characterize the regional economy and to present its participation in relation to the state. As conclusion, was verified that the Depression of the thirties, didn't affect directly the regional economy, because it was turned to the Brazilian internal market.

KEY WORDS: Taquari Valley, Economic History, Development, Rio Grande do Sul, Colonization, Agriculture, Industry.

ANEXO - Região do Vale do Taquari - 1920

